

Artigo de Pesquisa

GRANDES SUPERFÍCIES COMERCIAIS E DE SERVIÇOS NO ESPAÇO METROPOLITANO DE BELÉM: MODERNIZAÇÃO, INVISIBILIZAÇÃO DA PRECARIEDADE E MUDANÇA DA ESCALA DAS DESIGUALDADES

Large commercial and service surfaces in the metropolitan area of Belém: modernization, invisibilization of precariousness and changing the scale of inequalities

Grandes superficies comerciales y de servicios en el área metropolitana de Belém: modernización, invisibilización de la precariedad y cambio de la escala de las desigualdades

Leonardo Pantoja Corrêa¹, Willame de Oliveira Ribeiro²

¹ Universidade do Estado do Pará, Programa de Pós-graduação em Geografia, Belém, Pará, Brasil. E-mail. leonardo.correa@aluno.uepa.br

 <https://orcid.org/0000-0003-2056-2652>

² Universidade do Estado do Pará, Departamento de Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Belém, Pará, Brasil. E-mail. willame@uepa.br

 <https://orcid.org/0000-0003-3692-4224>

Recebido em 14/05/2023 e aceito em 25/09/2023

RESUMO: O espaço metropolitano de Belém vem passando por importantes reconfigurações nas últimas décadas, com destaque para aquelas relativas às antigas áreas dispersas. O objeto dessa investigação, as novas superfícies comerciais e de serviços atreladas a redes nacionais e internacionais, compõem esse cenário de mudanças. O objetivo do artigo consiste em analisar a importância dessas superfícies para a atual configuração do espaço metropolitano de Belém, bem como suas implicações socioespaciais. Com base em levantamentos bibliográficos, documentais e trabalhos de campo constatou-se que os empreendimentos em questão têm implicações diversas e contraditórias. De um lado, resultam na modernização de alguns eixos viários e na ampliação da infraestrutura do entorno, bem como numa maior acessibilidade relativa aos meios de consumo. Por outro lado, implicam em invisibilização de espaços precários e conformam as desigualdades socioespaciais em uma microescala.

Palavras-chave: Superfícies comerciais e de serviços; Espaço metropolitano; Reconfiguração espacial; Justiça espacial; Belém.

ABSTRACT: The metropolitan area of Belém has undergone important reconfigurations in recent decades, with emphasis on those related to the old dispersed areas. The object of this investigation, the new commercial and service surfaces linked to national and international networks, composes this scenario of changes. The objective of the article is to analyze the importance of these surfaces for the current configuration of the metropolitan area of Belém, as well as their socio-spatial implications. Based on bibliographic, documentary and fieldwork surveys, it was found that the enterprises in question have diverse and contradictory implications. On the one hand, they result in the modernization of some roads and the expansion of the surrounding infrastructure, as well as greater

accessibility in relation to means of consumption. On the other hand, they imply the invisibility of precarious spaces and make socio-spatial inequalities on a microscale.

Keywords: Commercial and service surfaces; Metropolitan space; Spatial reconfiguration; Space justice; Belém.

RESUMEN: El espacio metropolitano de Belém ha pasado por importantes reconfiguraciones en las últimas décadas, destacando las relacionadas con las antiguas áreas dispersas. El objeto de esta investigación, las nuevas superficies comerciales y de servicios vinculadas a las redes nacionales e internacionales, conforman este escenario de cambios. El objetivo de este artículo es analizar la importancia de estas áreas para la configuración actual del espacio metropolitano de Belém, así como sus implicaciones socioespaciales. Basándose en estudios bibliográficos y documentales y en el trabajo de campo, se ha comprobado que los acontecimientos en cuestión tienen implicaciones diversas y contradictorias. Por un lado, suponen la modernización de algunas carreteras y la ampliación de las infraestructuras del entorno, así como una mayor accesibilidad a los medios de consumo. Por otro lado, implican en la invisibilización de los espacios precarios y conforman las desigualdades socio-espaciales en una escala micro.

Palabras clave: Áreas comerciales y de servicios; Espacio metropolitano; Reconfiguración espacial; Justicia espacial; Belém.

INTRODUÇÃO

Desde os anos 1960, Belém, capital do Estado do Pará, tem materializado um espaço cujas características de densidade, complexidade e expressão regional permitem seu reconhecimento enquanto metropolitano. Todavia, mesmo que essa condição principal tenha se mantido, não foram pequenas as transformações ocorridas desde então, conforme atesta a dispersão a partir dos anos 1970, configurando inúmeros espaços empobrecidos e distanciados da área central, e o movimento, a datar dos anos 1990, de diversificação desses espaços, com a dispersão também de espaços de moradia de grupos de rendas mais elevadas e, associadamente, de espaços de consumo, como grandes redes de supermercados e *shopping centers* (RIBEIRO, 2021).

Porém, mesmo no âmbito dessa reorganização do conteúdo das áreas dispersas anteriormente marcadas quase que exclusivamente pela pobreza, uma notória característica se mantinha: a quase exclusividade dos grupos locais na constituição das grandes superfícies comerciais e de serviços. Esta noção, que é central para este texto, aparece na obra de diversos autores, como Silva (2003), Silva (2012) e Sposito (2013), para se referir a objetos dedicados ao comércio e/ou à prestação de serviços, quase sempre privados, a exemplo de *shopping centers*, hipermercados, lojas de departamentos e centros de convenções, com extensas áreas construídas e forte capacidade de atração de fluxo de pessoas.

Realidade assentida por Santos e Silveira (2008), quando, ao expor o movimento de expansão dos hipermercados no Brasil, no início dos anos 2000, particularizam o caso do Estado do Pará, especialmente de Belém: “No Pará, empresas familiares de supermercados, como Líder, Formosa, Yamada, Nazaré e Cidade, ampliam suas redes em Belém e no interior, concorrendo satisfatoriamente com as firmas nacionais e estrangeiras” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 151).

A concorrência satisfatória, a que fazem referência os autores, consistia na praticamente inexistência das grandes redes nacionais e internacionais no segmento

de supermercados em Belém, naquele momento. Passadas duas décadas, o cenário se alterou significativamente, mesmo que os grupos locais e regionais, em sua maioria, permaneçam fortes, houve uma expressiva inserção de grandes grupos de outras escalas em vários segmentos, especialmente, nos de *shopping centers* e de supermercados.

Diante desse cenário, estabelece-se a problemática deste texto: quais as principais implicações socioespaciais das novas superfícies comerciais e de serviços integrantes de redes nacionais e internacionais para o espaço metropolitano de Belém? Qual a relevância desses empreendimentos na configuração atual desse espaço?

Com base nessa problemática, o objetivo do artigo consiste em analisar a importância das novas superfícies comerciais e de serviços componentes de redes nacionais e internacionais para a atual configuração do espaço metropolitano de Belém, bem como suas implicações socioespaciais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados na busca das respostas às questões que estruturam a problemática, cabe destacar que estão envolvidos em uma perspectiva qualitativa, isto é, não centrada em dados quantitativos e técnicas estatísticas, mas sim na apreensão do fenômeno a partir da observação dirigida, da descrição, da análise da paisagem, enfim, de uma diversidade de elementos associados ao trabalho de campo.

Mais precisamente, os seguintes procedimentos metodológicos subsidiaram a pesquisa:

- a) Levantamento e análise de material bibliográfico pertinente ao objeto de investigação. Basicamente, livros e artigos científicos de relevância consolidada, cujo foco da análise estava em discussões relativas a: espaço metropolitano, justiça espacial, consumo e superfícies comerciais e de serviços.
- b) Levantamentos documentais sobre a formação do espaço metropolitano de Belém, assim como sobre os elementos que caracterizam esse conjunto, como fatores populacionais, econômicos e as articulações internas a este espaço. E para isso foram utilizados dados e informações provenientes, principalmente, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
- c) Levantamentos documentais sobre as características, funcionamento e estratégias das novas grandes superfícies comerciais e de serviços atuantes no espaço metropolitano de Belém. Realizado por meio do levantamento de documentos disponíveis on-line e de informações presentes nas páginas oficiais na internet das empresas: Pão de Açúcar, Havan, Mateus, Carrefour, Jereissati Centros Comerciais e Sá Cavalcanti.
- d) Trabalhos de campo no espaço metropolitano de Belém (Belém, Ananindeua, Marituba e Benevides), especialmente direcionado aos empreendimentos caracterizados como novas grandes superfícies comerciais e de serviços e aos seus entornos imediatos. Nestes trabalhos de campo foram desenvolvidos: observação

dirigida, descrições e análise da paisagem, levantamento de informação para elaboração de mapas e contato com sujeitos da pesquisa.

O texto que se segue, resultante da implementação desses procedimentos metodológicos, está estruturado em cinco seções: a primeira fornece um breve contexto teórico a respeito das concepções de espaço metropolitano, consumo e justiça espacial; em seguida, faz-se um apanhado da formação do espaço metropolitano de Belém; num terceiro momento, são apresentadas as novas superfícies comerciais e de serviços com inserção recente (2014 – 2020) no espaço metropolitano de Belém e integrantes de redes nacionais e internacionais; por fim, as duas últimas seções se ocupam das implicações das novas superfícies comerciais e de serviços no espaço metropolitano de Belém, a primeira destacando os aspectos positivos em termos socioespaciais e a segunda realçando fatores condizentes com novas injustiças espaciais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Espaço metropolitano, consumo e justiça espacial

Com o processo acelerado de produção, o espaço urbano ganha formas mais complexas, expressas, entre outros aspectos, no plano econômico, no qual o capital requer maiores e melhores infraestruturas, e no plano sociocultural, com as pessoas passando a viver de acordo com uma lógica espacial de trabalho, isto é, organizando-se em espaços residenciais que favoreçam o deslocamento de casa para o local de trabalho e vice-versa. Na visão de Carlos (2007), isso é uma extensão do urbano, no qual se produzem novas formas, funções e estruturas sem que necessariamente as antigas tenham desaparecido.

Sobre essa nova maneira de olhar o urbano na contemporaneidade, afirma Carlos (2007, p. 21):

Pensar o urbano nesta perspectiva, significa considerar o fato de que o capitalismo se expandiu e, ao se realizar, tomou o mundo e este momento se relaciona com aquele da redefinição da cidade, da constituição de novas centralidades, de sua explosão, da extensão das periferias e da reprodução do espaço em um outro patamar.

A autora evidencia a relação do sistema capitalista com a expansão e redefinição do espaço urbano e aponta as tendências que essas transformações geram, no âmbito das quais se pode destacar a disseminação de formas-conteúdo cada vez mais complexas, como os espaços metropolitanos. A metropolização, neste caso, refere-se a processos que caracterizam tanto as formas quanto as funções dos agrupamentos sociais, assumindo funções essenciais no âmbito da rede urbana (DI MÉO, 2008).

O espaço metropolitano é a expressão da pós-modernidade no sentido da transformação dos lugares e da vida dos habitantes (FERRIER, 2002). Isso redefine as funções do espaço, valoriza o sítio urbano e desenvolve novos serviços que se voltam a atendimentos de ordem superior e gestão, constituindo um verdadeiro

centro de fluxos de capitais dependentes de maior densidade e complexidade socioespaciais, assim como também de controle político.

Tais características são bem sintetizadas por Lencioni (2006, p. 45), ao tratar as metrópoles como “um nó significativo de redes, sejam de transporte, informação, comunicação, cultura, inovação, consumo, poder ou, mesmo, de cidades”. Entender a partir desta perspectiva a metrópole é também analisar a multiplicidade de espaços, seja de moradia, trabalho, lazer ou consumo num emaranhado de fluxos que os articulam num todo através das práticas espaciais.

Um ponto de vista significativo para a análise do espaço urbano com características metropolitanas encontra-se no consumo. Para tanto, é necessário entender como esta prática cotidiana e comum à maioria dos indivíduos – o que facilita o transvio ao senso comum – é de fundamental importância na sociedade atual.

Há uma amplitude considerável no ato de consumir. Segundo Lefebvre (1991), o consumo é material, mas ao mesmo tempo ideal, no sentido de que há consumo de imagens, representações, linguagens e signos. Dessa maneira, pode-se notar que o consumo na sociedade contemporânea é uma atividade banal, isto é, prática corrente entre os cidadãos, no âmbito da qual o proveito é explorado por alguns grupos dominantes cuja racionalidade organizada parece pouco visível. Esse grupo instruído pela lógica do consumo conhece muito bem o mercado para organizar sua produção, bem como conhece os desejos e necessidades dos consumidores (LEFEBVRE, 1991).

Ainda segundo este autor, o que impede o conflito entre as classes e acentua o fetichismo do consumo é o imaginário dos consumidores, entendido como prática cotidiana produtora de objetos reais de consumo. Os riscos maiores deste imaginário recaem sobre as classes com menores condições de exercer seu senso crítico e, também por isso, mais sujeitas à exploração.

Tomando o consumo por outro prisma, pode-se evidenciar a estreita relação entre organização social e aparelho comercial, conforme destacado por Pintaudi (1985), que passa a estruturar e orientar a produção através de mercadorias, viabilizando a acumulação de capital. Ideia muito bem elucidada nas palavras de Silva (2014, p. 158), ao afirmar que:

A produção em larga escala, a distribuição mais rápida e eficiente, contando com meios de transporte mais velozes e eficazes, contribuíram para aumentar o ritmo de circulação do capital no espaço geográfico. Desta forma, o consumo passou a se estabelecer como meio de reprodução social, onde as mercadorias se constituíram como pivôs na discussão do processo de reprodução do modo capitalista de produção.

Neste trecho, nota-se uma tendência do capital em produzir espaços diversos e especializados em certas atividades para facilitar a sua circulação, tendo como impulso o consumo. De todo modo, é preciso entender que o espaço possui uma inércia que, em muitos casos, gera desigualdades (SANTOS, 1996), assim, em termos de produção do espaço num quadro capitalista, quase sempre haverá um grupo dominante que irá determinar a organização.

Nessa perspectiva, a afirmativa de que “as condições diferentes de existências, produzem habitus diferentes” (BOURDIEU, 2011, p. 164) demonstra o quão desnivelado pode ser produzido o espaço urbano quando fruto de uma intencionalidade, pública ou privada, aliada à lógica global do capital em consonância às práticas de consumo. Essas diferenças podem ser danosas, como aponta Soja (2014, p. 113):

Uma parte dessa diferenciação geográfica terá leves consequências, mas em outros casos, pode ter efeitos profundamente opressivos e exploradores, especialmente quando sustentado por meio de longos períodos de tempo e está enraizado em segregações persistentes na sociedade, como as baseadas em raça, classe ou sexo.

Nesses moldes, pode-se depreender como as ações realizadas no espaço afetam a vida dos outros e o quanto as interações induzem responsabilidades no plano político, ético e moral, incluindo também nessa análise as práticas de consumo, que são orientadas e orientam as transformações no espaço, acarretando em desigualdades no acesso ao consumo. Discutir essas disparidades é também refletir sobre a questão de Justiça Espacial, já que, no quadro social capitalista que marca a realidade estudada, consumir é parte das necessidades de sobrevivência e de manutenção da qualidade de vida, mesmo que se concorde que a efetiva justiça espacial, ou mesmo social, seja improvável em um mundo capitalista.

A justiça como se conhece hoje, cujos princípios fundamentais aferem às proposições de equidade e bem-estar comum, remetem a um debate longo acerca do seu alcance.

Van Den Brule (2020), ao analisar as diversas abordagens da justiça espacial na geografia, tendo em conta as produções das décadas de 1970, 1980, 1990, bem com a produção contemporânea, que ele vincula ao século XXI, identifica cinco linhas: a) “Distribuição equitativa de bens e serviços que favoreçam o bem-estar e a dignidade humana, denunciando as desigualdades de acesso a esses bens, perspectiva ancorada no marco do capitalismo, tendo o Estado como fio condutor de ações justas ou injustas no espaço” (p. 310); b) “Associação da justiça espacial com o reconhecimento identitário, defendendo o direito à diferença e a luta contra a opressão, a humilhação e a estigmatização dos lugares” (p. 310); c) “Ruptura com o modelo capitalista por reconhecer que, nesse marco, não há justiça e, assim, proposta para se pensar uma nova sociedade” (p. 311); d) “Um polo da justiça espacial sob o prisma da ética, em que se destacam as contribuições de David Smith e Arnaud Brennetot” (p. 311); e) “Horizonte anarquista liderado por Marcelo Lopes de Souza, que trabalha com a perspectiva do desenvolvimento socioespacial positivo, ancorado nos valores da autonomia individual e coletiva para além do marco institucional do capitalismo” (p. 311).

A análise geográfica da justiça, apesar de já ter algumas décadas de desenvolvimento e perpassar por obras de envergadura como a de Harvey (1980), possui um fortalecimento recente. Mesmo concordando com Van Den Brule (2020) em relação às cinco linhas por ele identificadas, é importante registrar que elas não são mutuamente excludentes e possuem mais fatores de aproximação do que de divergência. Assim, neste trabalho se adota uma perspectiva vinculada à primeira

linha, porém com grande concordância teórica com a terceira, ou seja, se trabalha com as questões postas no âmbito do sistema, mas com a compreensão de que a superação dos problemas remete à emergência de um novo quadro de organização social, econômica e política.

Devido à proximidade de conteúdo, a concepção de justiça espacial tem aparecido normalmente articulada ao conceito de direito à cidade, proposto por Henri Lefebvre em 1968. Em Soja (2014), a justiça espacial é tomada como uma atualização do conceito de direito à cidade.

De modo geral, a teoria da justiça espacial permite refletir sobre como o espaço é produzido, como ele é repartido entre cidadãos e organizações e como ele é representado, o que não significa julgar moralmente as ações, mas sim identificar as injustiças. Logo, a justiça espacial pode ser referida enquanto aquele processo que busca, por meio do bem-estar comum, a distribuição de forma equânime dos equipamentos urbanos de uso coletivo, como os sistemas de transporte, os serviços urbanos e os espaços públicos (SOJA, 2014).

Todavia, como adverte Benach (2017), apesar dos múltiplos usos possíveis e válidos de direito à cidade e justiça espacial, é na prática política pautada no espaço vivido que eles evidenciam todo o seu potencial.

Mediante esse apanhado a respeito do espaço metropolitano e sua relação com o consumo e a justiça espacial, na sequência é discutida a produção do espaço urbano de Belém, que nos últimos anos tem cada vez mais se evidenciado como espaço relacional (HARVEY, 1980) e fecundo para novos espaços de consumo.

A produção do espaço metropolitano de Belém

As áreas metropolitanas, segundo Souza (2003), são espaços urbanos complexos, influenciados pelo núcleo central de uma grande cidade que possui forte aglutinação de serviços, gerando elevada movimentação e deslocamento de pessoas. Assim, o espaço metropolitano é, conforme Harvey (1980, 2012), um espaço relacional, na medida em que este espaço não existe de modo externo aos processos que os define. Nas palavras do autor:

Processos não ocorrem no espaço mas definem seu próprio quadro espacial. O conceito de espaço está embutido ou é interno ao processo. [...] A noção relacional do espaço-tempo implica a ideia de relações internas; influências externas são internalizadas em processos ou coisas específicos através do tempo. Um evento ou uma coisa situada em um ponto no espaço não pode ser compreendido em referência apenas ao que existe somente naquele ponto. Ele depende de tudo o que acontece ao redor dele (HARVEY, 2012, p. 12).

A cidade de Belém, fundada no século XVII, passou a manifestar características metropolitanas em meados do século XX, propriamente, a metropolização adquiriu configurações mais evidentes no final da década de 1960 e se consolidou nas décadas posteriores. Segundo Trindade Júnior (1998), esse processo apresentou dois momentos distintos que se traduziram em duas formas urbanas diferenciadas: a forma urbana confinada e a forma urbana dispersa.

Até a década de 1960, Belém apresentava uma configuração “confinada”, consoante Trindade Júnior (1998), devido o adensamento populacional da sua Primeira Léguas Patrimonial, manifesto na concentração de serviços públicos, financeiros, administrativos e portuários, além da ocupação das áreas de baixadas e valorização de topografias mais elevadas, iniciando então o processo de verticalização na Amazônia Oriental. Esse adensamento estava diretamente relacionado com o conjunto de instituições disposto num formato de semicírculo nos limites da primeira léguas, o chamado “cinturão institucional”, que funcionava como uma barreira à expansão urbana, diante da inexistência de transporte coletivo intraurbano para além dos seus limites (Figura 1).

Esse confinamento da metrópole tem seu desfecho com o movimento de dispersão urbana para áreas afastadas da área central de Belém, seja ainda no território municipal da capital paraense seja já nos municípios próximos, como explica Ribeiro (2018). Tal processo superou os obstáculos do cinturão institucional e expandiu a malha urbana para localidades distantes até então e que possuíam, anteriormente, fraca articulação pela inexistência de transporte coletivo.

Conforme a Figura 1, os principais eixos viabilizadores dessa dispersão foram a Avenida Augusto Montenegro, ligando o Entroncamento (e, por conseguinte, o centro de Belém) a Icoaraci; e a Rodovia BR-316, conectando Belém aos demais municípios do espaço metropolitano (Ananindeua, Marituba e Benevides). Durante a década de 1980, ocorreu a consolidação destes eixos como novos espaços para assentamentos da massa populacional empobrecida dos espaços próximos à área central de Belém, recentemente valorizados por uma série de obras de infraestrutura, principalmente nas baixadas (TRINDADE JÚNIOR, 1998).

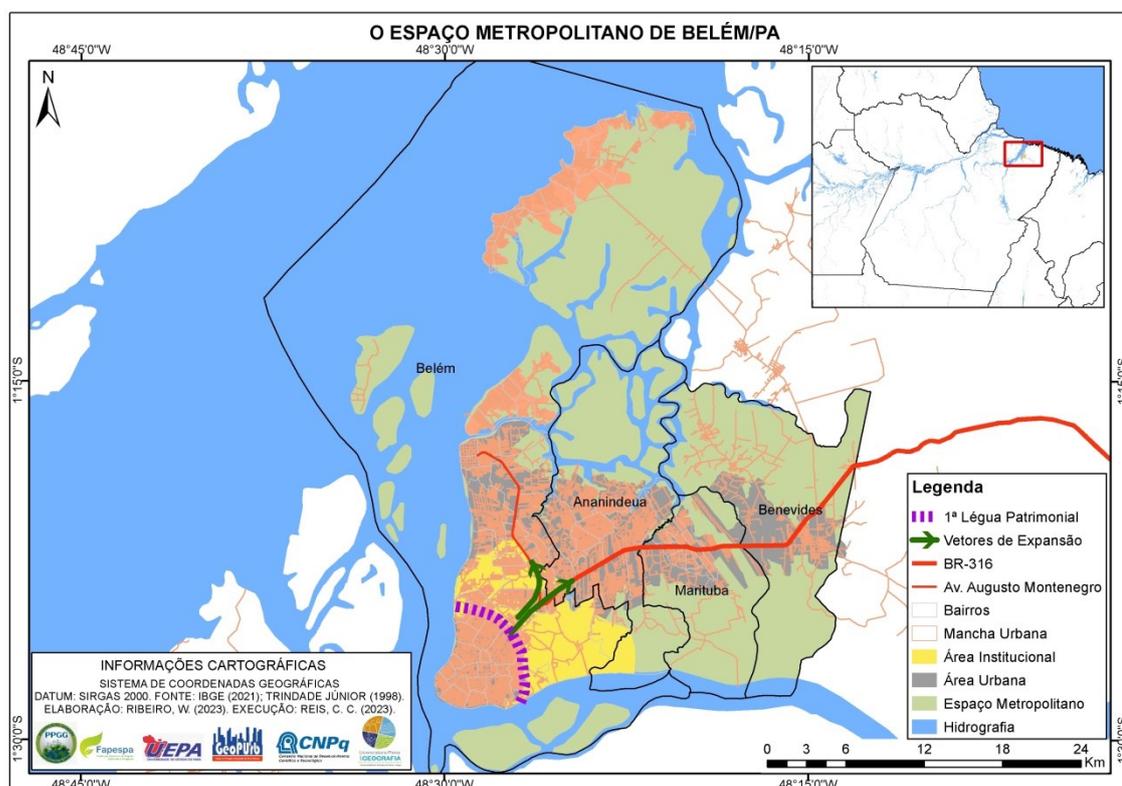


Figura 1. Espaço metropolitano de Belém. Dispersão urbana. 2021. **Fonte:** Elaboração própria.

Esses novos espaços apresentavam conteúdo residencial fortemente periférico, com precárias infraestruturas e escassos serviços, além disso, sua condição dispersa e quase estritamente residencial gerou intensos deslocamentos pendulares para o núcleo metropolitano, onde se concentravam os serviços, o comércio e os empregos, conforme elucida Ribeiro (2018, p. 139):

Os novos espaços de assentamento eram fortemente marcados pelo conteúdo de periferia urbana e, assim, o processo de metropolização de Belém em muito se confunde com um processo de produção de espaços periféricos, que, de início, funcionavam como 'cidades dormitórios', isto é, como locais de residência de população de baixa renda, que ao trabalhar na área central de Belém necessitava realizar um movimento diário entre o local de trabalho e o de moradia.

Assim, neste momento, décadas de 1970 e 1980, Belém assumiu a forma urbana dispersa, que, em grande parte, se deu pelo espraiamento residencial da população menos abastada da cidade em direção a espaços distantes, mas localizados no próprio município de Belém, bem como para os municípios vizinhos, em especial, Ananindeua.

Esse primeiro movimento de dispersão resultou numa ampliação das desigualdades existentes, antes restritas ao "cinturão institucional". Enquanto a população de baixa renda rumava em direção aos novos espaços com infraestrutura reduzida, a população de classe média e melhor poder aquisitivo seguia direção inversa, devido ao movimento de valorização e verticalização das áreas centrais (TRINDADE JÚNIOR, 1998).

A partir dos anos 2000, uma série de mudanças importantes na lógica da produção do espaço metropolitano de Belém se evidenciou, demarcando distinções consideráveis em relação ao primeiro momento da dispersão metropolitana. Ribeiro (2021) reconhece a nova realidade resultante como inerente ao processo de urbanização regional policêntrica, em superação à dinâmica metropolitana anterior. Nesses termos, Belém comporia não apenas um espaço metropolitano, mas também um entorno metropolitano, ambos conformando uma cidade-região (Figura 2) caracterizada por fatores como: diversidade de renda e de tipos de assentamentos dos grupos sociais nas antigas e novas áreas dispersas; dispersão dos espaços de consumo; ampliação da escala da dispersão e da configuração das novas periferias; e fortalecimento de outras centralidades (além do núcleo metropolitano) e, conseguinte, diversificação e complexificação dos fluxos.

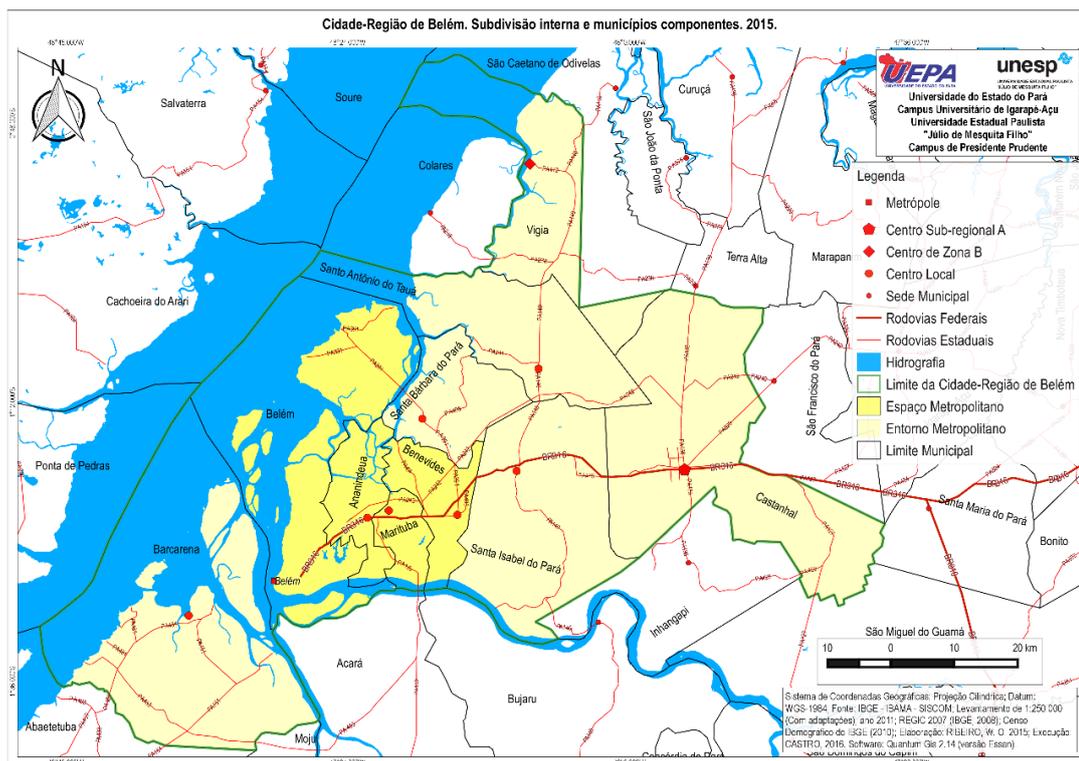


Figura 2. Cidade-Região de Belém. Espaço metropolitano e entorno metropolitano. **Fonte:** Ribeiro (2017).

Para os objetivos deste trabalho interessam principalmente as transformações ocorridas em áreas foco dos primeiros movimentos de dispersão, especialmente aquelas integrantes do próprio município de Belém e do município de Ananindeua, que passaram nas últimas duas décadas, principalmente, por um expressivo adensamento populacional e diversificação dos tipos de assentamento e da renda das famílias, já que se somaram às antigas ocupações, conjuntos habitacionais e loteamentos de baixa renda também novos espaços de média e alta renda, especialmente sob o formato de condomínios horizontais e verticais.

Acompanhando esse movimento, no mesmo período, também se deu uma considerável expansão das atividades de comércio e serviços para áreas localizadas além da primeira léguas patrimonial de Belém. Assim, tomando como exemplo os grupos locais Líder, Formosa e Nazaré, as principais redes com origem em Belém, atuando principalmente nos segmentos de supermercados e magazines, todas passaram nas últimas décadas a atuar também em áreas para além da primeira léguas de Belém.

Já em relação às grandes redes de hipermercados nacionais e internacionais, bem como quanto aos *shoppings centers* de capital de origem externa à Belém, sua entrada no espaço metropolitano é muito recente e já priorizando as localizações em espaços distantes do centro principal. Todavia, notam-se diferenças das lógicas desses grupos perante as redes locais. Essas e outras questões associadas à atuação dessas grandes superfícies comerciais e de serviços são objeto dos próximos tópicos desse texto.

O grande capital nacional e internacional e as novas superfícies comerciais e de serviços no espaço metropolitano de Belém

Os grupos supermercadistas de origem paraense viveram intempéries durante a década de 1980, segundo Padilha (2007), devido à crise econômica do país e à transição do mercado varejista tradicional para o moderno. Contudo, como esse segmento do varejo ainda era muito marcado pelas características locais, a atuação de grandes grupos de capital nacional como Pão de Açúcar e Jumbo não se sustentou em Belém.

Ainda segundo o autor, a década posterior, 1990, marcou a consolidação de novas características no mercado varejista nacional e também da grande Belém, especialmente relativas à acumulação e concentração de capital. Como isso, tem-se a afirmação dos grupos Líder, Nazaré, Formosa e também a “avassaladora entrada no setor do grupo Yamada em 1992” (PADILHA 2007, p. 71). E assim, entre as décadas de 1990 e 2010, as principais empresas locais produziram e mantiveram uma hegemonia no espaço metropolitano de Belém, com atuação nos setores de varejo, magazine e *shopping center* (GONÇALVES, 2009).

Contudo, essa hegemonia fora sendo enfraquecida pelo contexto nacional vivido nos anos recentes, desencadeado por uma crise de ordem político-econômica que abalou todo o setor varejista desde o ano de 2015, acarretando desconfiância de consumidores em relação aos preços nos supermercados e diminuição no poder de compra devido à inflação (FAPESPA, 2017).

Foi nesta conjuntura que as novas superfícies comerciais de supermercados e “atacarejos” das grandes redes nacionais e internacionais entraram e expandiram seus empreendimentos no espaço metropolitano de Belém. No ano de 2014, ocorreu a instalação da primeira loja no seguimento de “atacarejos” nessa área, o Atacadão, do grupo Carrefour. Posteriormente, a partir de 2016, o grupo Mateus passou a trabalhar em parceria com o grupo Yamada, com os supermercados e “atacarejos” do primeiro se beneficiando estrategicamente de algumas antigas instalações do grupo Yamada para se inserir no mercado local.

Essa parceria entre os grupos Mateus e Yamada é uma das estratégias de territorialização de novos espaços na atual fase da globalização, nas palavras de Santos e Silveira (2008), trata-se da operação num espaço corporativo de competitividade pelo uso do território. Desta maneira, a partir da articulação com grupos locais previamente estabelecidos, é possível viabilizar a introdução de empresas maiores nas escalas regionais e locais.

Outra forma dentre estes centros comerciais são os *shopping centers*, que remontam sua origem também aos Estados Unidos, apresentando um estilo bem mais sofisticado e voltado para certos segmentos sociais no que se refere ao consumo de produtos. Este empreendimento possui estreita relação com o mercado imobiliário, resultando, conforme Pintaudi (2017), “de uma combinação de tempo e lugar para a circulação de mercadorias, articulação que permite a reprodução do capital comercial, mas que permite também a reprodução do capital no setor imobiliário” (p.29).

Considera-se, no presente artigo, a definição de *shopping center* conforme a Associação Brasileira de Shoppings Centers – ABRASCE (2020), isto é, como um centro comercial planejado, de administração centralizada, que tem como características principais: lojas destinadas à exploração de diversos ramos de comércio e prestação de serviços, e estacionamento permanente para os seus usuários, com vagas compatíveis a sua área de venda e lojas âncoras.

Os *shoppings centers* do espaço metropolitano de Belém possuíam uma característica semelhante, os pioneiros foram inaugurados no ano de 1993, primeiro o *Shopping Iguatemi*, que passou a ser Pátio Belém, o outro foi o Shopping Castanheira, integrante do grupo líder e que tem entre suas âncoras o Supermercado Líder e o Magazan (GONÇALVES, 2009). Após quase 20 anos, houve a inauguração de outros dois *shoppings* construídos por meio da parceria entre Status, empresa do mercado imobiliário local, e outros agentes do setor privado local e nacional, mas ainda sob administração paraense, o *Shopping Boulevard*, em 2009, e o Parque Shopping Belém, em 2012.

Outros dois *shoppings* foram inaugurados mais recentemente, relativos a agentes externos e que atendem dois segmentos distintos no espaço metropolitano, o Bosque Grão-Pará, inaugurado em 2015 e que fica localizado na Avenida Centenário, com lojas dos mais variados estabelecimentos nacionais e internacionais. O outro foi inaugurado em 2017, localizado na Avenida Mário Covas, no bairro do Coqueiro, e com a presença de lojas populares dos centros comerciais de Belém, como Manolito (loja de vestuário) e Avistão (magazine), bem como de lojas de redes nacionais.

As características semelhantes encontradas nos *shoppings* e nos “atacarejos” presentes no espaço metropolitano de Belém são de cunho estratégico e logístico, cujas instalações geralmente procuram espaços distantes do centro principal da metrópole, priorizando áreas com potencialidade de acesso dos consumidores a partir da articulação rodoviária.

A configuração espacial destes empreendimentos de capital nacional e estrangeiro no espaço metropolitano apresenta outra similaridade no que diz respeito a estratégias locacionais, pois os “atacarejos” e lojas de departamento se dispersam para zonas próximas a outros estabelecimentos comerciais de mesmo ramo, como uma forma de benefício mútuo entre grupos distintos para agregar mais consumidores de diferentes localidades e apostando na redução de custos de deslocamento e competitividade de preços de produtos ofertados.

Durante a pesquisa de campo foram identificados seis grandes grupos de capital nacional ou internacional (Quadro 1), com atuação nos segmentos de “atacarejo”, lojas de departamento e *shopping center*, com inserção recente no espaço metropolitano de Belém e que se enquadram na denominação de grandes superfícies comerciais e de serviços.

Quadro 1. Espaço metropolitano de Belém. Novas grandes superfícies comerciais e de serviços pertencentes a redes nacionais e internacionais

Empreendimento	Unidades	Grupo	Segmento de atuação	Ano de instalação
Assaí	2	GPA (Pão de	Rede de varejo e	2016

Empreendimento	Unidades	Grupo	Segmento de atuação	Ano de instalação
		Açúcar)	Atacado	
Havan	2	Grupo Havan	Loja de Departamento	2020
Supermercado Mateus	3	Grupo Mateus	Rede de Supermercado	2016
Mix Atacarejo	4		Rede de varejo e Atacado	2019
Atacadão	3	Grupo Carrefour	Rede de varejo e Atacado	2014
Shopping Bosque Grão-Pará	1	Jereissati Centros Comerciais (JCC)	Shopping Center	2015
Shopping Metr�pole Ananindeua	1	S� Cavalcanti	Shopping Center	2017

Fonte: Elaboração própria a partir de trabalho de campo, 2021.

Esses seis grupos de capital nacional ou internacional materializaram, no espaço metropolitano de Belém, 16 grandes superfícies comerciais e de serviços desde o ano de 2014. A maior parte dos empreendimentos   relativa ao segmento de supermercados e "atacarejos", mas também possuem expressão as lojas de departamentos e os *shoppings centers*. Desse modo, a quase exclusividade da atua o dos grupos locais nesses segmentos tem seu fim e, a partir de então, constitui-se um cenário de amplia o da concorrência entre os grandes grupos, tanto externos quanto locais, especialmente nas extensões do espaço metropolitano para além da primeira légua patrimonial de Belém, onde se instalaram a quase totalidade dos empreendimentos do capital nacional e internacional (Figura 3).

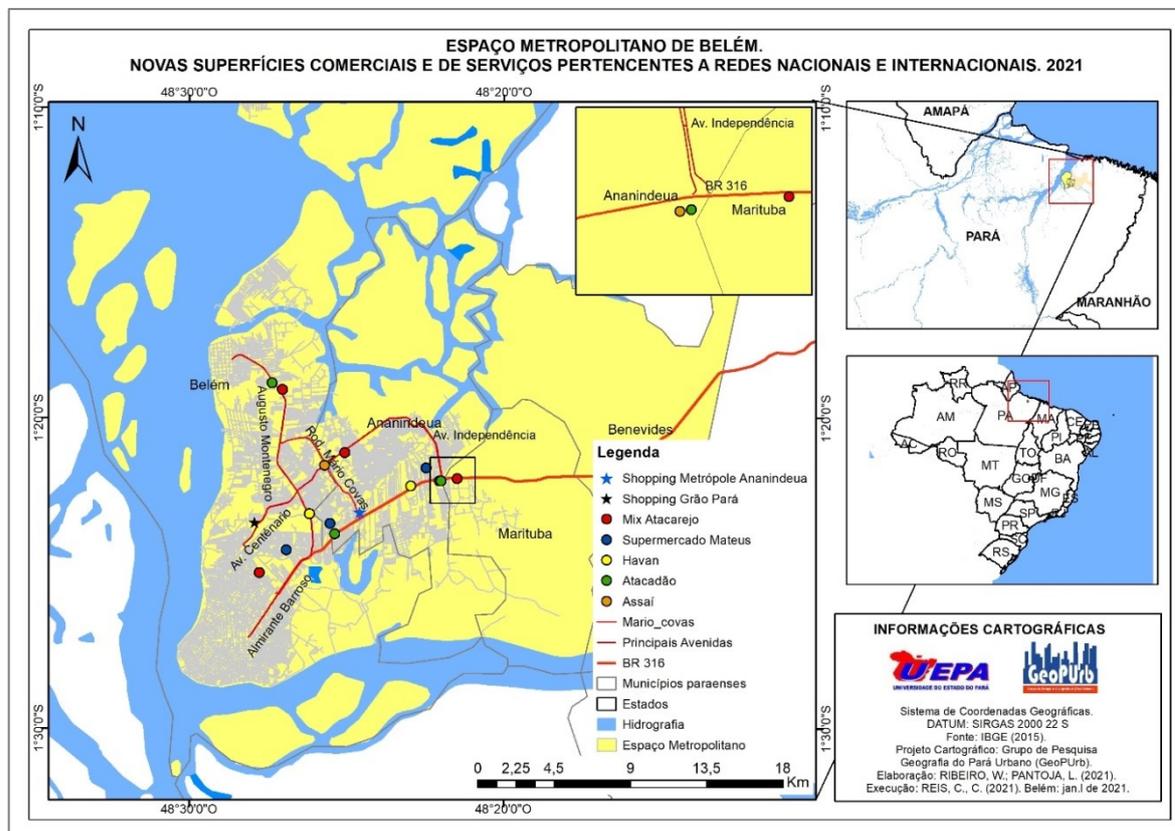


Figura 3. Espaço metropolitano de Belém. Novas grandes superfícies comerciais e de serviços pertencentes a redes nacionais e internacionais. **Fonte:** Elaboração própria com base em trabalho de campo, 2021.

Como é possível observar na figura 3, apenas um dos empreendimentos em questão, o Mix Atacarejo da Avenida Dr. Freitas, está localizado na área urbana mais concisa da metrópole, correspondente à primeira légua patrimonial de Belém. A maior parte, 14 instalações, está nas antigas áreas dispersas integrantes do próprio município de Belém e de Ananindeua. Apenas uma está em Marituba. Isto posto, considerando o espaço metropolitano nos moldes de Ribeiro (2017, 2018), isto é, abrangendo os municípios de Belém, Ananindeua, Marituba e Benevides, fica explícita a estratégia locacional dos grandes grupos externos em evitar a área mais concisa do núcleo metropolitano, até mesmo pela carência de extensos terrenos disponíveis para construção e pelos custos elevados, e privilegiar os espaços que vem ampliando sua densidade nos últimos anos.

Neste sentido, os eixos viários da BR-316 e das Avenidas Augusto Montenegro, Independência-Centenário e Mário Covas têm sido os espaços selecionados por esses grupos. Suas inserções não passam despercebidas e geram diversas repercussões socioespaciais, como retratado nos dois tópicos que se seguem.

Implicações das novas superfícies comerciais e de serviços no espaço metropolitano de Belém: os avanços

A produção do espaço na cidade capitalista é evidentemente marcada pelas desigualdades socioespaciais e, desse modo, normalmente é depreendida como desfavorável aos grupos sociais mais empobrecidos e, ao mesmo tempo, vinculada a agentes hegemônicos no espaço urbano. Todavia, mesmo denotando essas características, muitas ações relevantes de produção do espaço são percebidas como positivas pelos grupos sociais mais desfavorecidos e, por vezes, efetivamente os trazem alguns benefícios, como nos resultados expostos por Corrêa (2022) a partir de entrevistas com moradores do entorno de grandes superfícies comerciais e de serviços no espaço metropolitano de Belém.

Com relação às transformações no espaço metropolitano de Belém inerentes à instalação de grandes superfícies comerciais e de serviços componentes de redes nacionais e internacionais se pode dizer o mesmo. Assim, neste momento, serão destacados aspectos das mudanças considerados positivos, por moradores (CORRÊA, 2022) e na análise aqui desenvolvida, do ponto de vista das implicações socioespaciais, principalmente tendo em conta a população das proximidades dos empreendimentos.

a) Modernização de eixos de intensa circulação e ampliação de infraestrutura

A instalação das grandes superfícies comerciais e de serviços, em boa parte dos casos, representa melhorias substanciais nas imediações, representadas por itens como: instalação de iluminação mais eficiente; melhorias no asfaltamento e sinalização da via ou das vias de acesso; instalação ou melhorias de calçadas para circulação de pedestres.

No caso da Avenida Mário Covas, que interliga os municípios de Ananindeua e Belém, ela passou por uma revitalização no ano de 2018, recebendo uma intervenção estrutural para aumentar a fluidez no trânsito, facilitando o fluxo de pessoas e cargas. Essa obra promovida pelo Governo Estadual em parceria com as prefeituras de Ananindeua e Belém coincidiu com o período de inauguração de dois novos centros de consumo, o Assaí Atacadista, em dezembro de 2017 e o *Shopping Metrôpole* em novembro daquele mesmo ano.

Logicamente, essas mudanças têm sua origem no Estado e não nas grandes superfícies comerciais e de serviços, mesmo que haja alguma influência ou interferência desses grupos privados. Mas, quando se consideram outras vias de menor importância, a ação dos agentes em questão fica mais evidente, como exemplificam a Passagem da Feirinha e a Estrada da Providência, nas adjacências do *Shopping Metrôpole* Ananindeua (Figura 4), que tiveram significativa ampliação de infraestrutura e movimento de veículos e pedestres.



Figura 4. Proximidades do *Shopping Metrôpole* Ananindeua. Passagem da Feirinha (A) e Rua da Providência (B). **Fonte:** Corrêa, 2021.

Além disso, parte significativa dos espaços ocupados pelos novos serviços antes consistia em terrenos vazios, sob o controle de proprietários de terras, que, em sua dinâmica corrente, aguardavam a ampliação do preço do terreno para viabilizar uma venda lucrativa, de fato concretizada mediante a aquisição do terreno por redes de hipermercado e “atacarejo”, *shoppings centers* ou redes de lojas de departamentos. Nesses termos, esses terrenos representavam para os moradores das proximidades espaços sem utilidade e propícios a ocorrências criminosas, por serem, comumente, escuros e de reduzida circulação de pessoas (CORRÊA, 2022).

Dentre estes terrenos que estavam vazios e viabilizaram novos empreendimentos, vale destacar a área localizada entre a Avenida Augusto Montenegro e a Rodovia Transcoqueiro, no bairro do Mangueirão, cujo espaço antes já utilizado como garagem de uma empresa de transportes públicos, posteriormente ficou sem atividades, até que em 2018 iniciaram as obras para construção da primeira loja Havan do espaço metropolitano de Belém, com inauguração no ano de 2020 (Figura 5).



Figura 5. Avenida Augusto Montenegro. Antes e depois da construção da loja Havan em Belém. **Fonte:** Google Earth (2021); Havan (2020).

b) Ampliação da acessibilidade relativa aos meios de consumo

Outro elemento que não pode ser descartado quanto às implicações da instalação de grandes superfícies comerciais e de serviços no espaço metropolitano de Belém, especialmente aquelas relativas a grandes redes nacionais e internacionais, diz respeito à facilitação de acesso ao consumo de grupos de menor renda e com menor poder de mobilidade na cidade.

É claro que uma série de ressalvas precisa ser feitas a esse apontamento. A primeira é que o acesso efetivo é mediado pela esfera do mercado e depende da existência da renda, desse modo, é possível ter um supermercado ao lado de sua residência e, mesmo assim, tê-lo como inacessível. Um segundo fator nesse sentido é que algumas dessas superfícies comerciais apresentam caráter segmentado, isto é, voltado a segmentos específicos da sociedade, permanecendo, desse jeito, inalcançável a grupos com residências fisicamente próximas. Este é caso do *Shopping Bosque Grão-Pará*, que possui em seu interior espaços de consumo para um determinado segmento da sociedade que, em geral, possui status mais elevado, a exemplo da Tok&Stok, além de um amplo estacionamento que recebe diversos festivais automotivos e esportivos e um espaço de boliche em seu interior, entre outros itens de lazer voltados principalmente a grupos de média e alta renda.

Apesar dessas ressalvas, é possível reconhecer avanços na acessibilidade ao consumo por parte de grupos de renda mais baixas como resultado da instalação de muitas dessas grandes superfícies, por exemplo, por reduzir custos de deslocamento. Evidencia-se na Figura 6, que, mesmo com alguns espaços da área de expansão urbana de Belém, onde estão as novas grandes superfícies comerciais e de serviços, apresentando rendas mais elevadas, a grande extensão é ocupada por moradores de rendas baixas.

O caso dos “atacarejos” é bem emblemático nesse quesito, pois, apostam na oferta de produtos a preços mais baixos a partir da supressão de algumas comodidades. Quando se soma isso a sua localização, especialmente em áreas para além da primeira légua patrimonial de Belém e no município de Ananindeua, fica evidente sua atratividade a segmentos sociais de menor poder aquisitivo.



Figura 6. Espaço metropolitano de Belém. Renda da população do espaço metropolitano de Belém e disposição das novas grandes superfícies comerciais e de serviços pertencentes a redes nacionais e internacionais. **Fonte:** Elaboração própria com base em trabalho de campo e IBGE (2020).

Conforme a Associação Brasileira de Supermercados – Abras (2020), as redes de “atacarejos” que se instalaram desenvolvem mais profundamente o autosserviço, logo, funções como embalador e entregador estão bem menos presentes. Além disso, a infraestrutura se ergue através de espaços amplos, como galpões, com enormes corredores e de piso revestido para suportar o peso das elevadas fileiras de alimentos, produtos para casa, limpeza e higiene pessoal, e após passar as mercadorias consumidas pelos check-outs (popularmente chamados de caixas), existe a opção de compra de sacolas plásticas. Todas essas mudanças reduzem os custos da empresa e fazem os produtos chegarem mais baratos ao consumidor.

Implicações das novas superfícies comerciais e de serviços no espaço metropolitano de Belém: as (in)justiças espaciais

Se, por um lado, a instalação de grandes superfícies comerciais e de serviços no espaço metropolitano de Belém representa avanços no direito à cidade, ao serem acompanhadas de ampliação de infraestrutura básica em alguns locais e facilitarem

o consumo dos moradores de baixa renda, por outro lado, evidencia a reprodução de injustiças espaciais, mas, em certas ocorrências, sob bases ou formatos diferentes do quadro até então materializado. Neste cenário, destaca-se a invisibilização de espaços precários e a mudança de escala da desigualdade.

a) Invisibilização de espaços precários

Todas as grandes superfícies comerciais e de serviços instaladas no espaço metropolitano de Belém nos últimos anos e integrantes de grandes redes nacionais ou internacionais estão alocadas em eixos viários de grande circulação, especialmente naqueles estruturantes da porção do espaço urbano de Belém localizado além da primeira légua patrimonial e de Ananindeua (Figura 7). Justamente as áreas que entre os anos 1970 e 1990 foram foco da dispersão urbana, composta pelo espraiamento das moradias dos grupos de baixa renda, sob o formato de conjuntos habitacionais, loteamentos e ocupações.



Figura 7. Espaço metropolitano de Belém. Eixos viários de destaque: A) Avenida Almirante Barroso; B) BR-316; C) Avenida Centenário; D) Avenida Mário Covas. Fonte: Sistema BRT... (2019); Trânsito... (2020); Seabra (2019). **Fonte:** Corrêa, 2021.

Na atualidade, mesmo que os conteúdos de boa parte desses eixos viários ainda estejam relacionados com os grupos de baixa renda, eles têm cada vez mais se tornado expressão de espaços de moradia de média e alta renda (condomínios horizontais e verticais) e, principalmente, de grandes espaços de consumo, tanto ligados a grupos locais quanto às redes nacionais e internacionais aqui enfatizadas.

Com isso, a paisagem estruturada por esses eixos foi significativamente alterada, passando a evidenciar conteúdos mais modernos e dotados de infraestrutura. Todavia, os conteúdos sociais de baixa renda não desapareceram desses espaços, apenas estão cada vez menos alocados nos próprios eixos, seja em relação à

moradia seja quanto às atividades do circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 2008).

O resultado disso foi um crescente processo de invisibilização da pobreza, que se torna rarefeito nos eixos principais de circulação, onde seria mais vista por todos que circulam pela cidade, ao passo que permanece extremamente densa a poucos metros desses eixos principais (Figura 8).



Figura 8. Espaço metropolitano de Belém. Vista aérea da Avenida Mário Covas próximo à Avenida Independência. **Fonte:** Rocio (2018).

A Figura 8 expõe na parte inferior a Avenida Mário Covas e à direita a Avenida Independência. Nas bordas da segunda via citada estão alocados objetos como o Assaí Atacadista, escolas, postos de gasolina, hotéis, farmácias e condomínios. Ao passo que a distância para a Avenida Independência vai aumentando também vão se ampliando os conteúdos de baixa renda. Essa mesma realidade é observada em praticamente todos os eixos viários principais e condizem com o que se está aqui nomeando de invisibilização da pobreza.

b) Mudança de escala da desigualdade

Associada à discussão anterior, relativa à invisibilização da pobreza, se configura a questão da mudança de escala da desigualdade. É muito próprio da maior parte das cidades capitalistas latino-americanas expressarem uma forte desigualdade em seu espaço urbano, como resultado das próprias desigualdades sociais projetadas no espaço, dando origem a áreas com moradias de grupos de baixa renda, outras com conteúdo de média renda e assim por diante.

Estando o espaço metropolitano de Belém inserido nesse mesmo contexto da urbanização capitalista não dá para falar de superação desse quadro, contudo, a forma como a grande Belém tem manifestado isso assume feições bem particulares.

Tem sido mais comum, tanto no Brasil quanto no exterior, a configuração de amplos espaços relativos a cada segmento social, constituindo áreas extensas da cidade como vivenciadas basicamente por certo grupo, enquanto outras partes são quase que exclusivamente atreladas às dinâmicas de outro segmento social. Muitas vezes, esse processo resulta em uma fragmentação socioespacial, como, ao estudar algumas cidades médias do Centro-Sul do Brasil, atestaram Sposito e Góes (2019, p.86):

[...] destacamos que Londrina, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto são diferentes entre si, no tocante aos tamanhos demográficos, à situação espacial que ocupam em relação às metrópoles que as comandam, bem como relativamente à diversidade de papéis que exercem. Entretanto a pesquisa revelou que elas têm, em comum, tendência à exacerbação da separação socioespacial e à conformação de setores em que se concentram não apenas as áreas residenciais dos mais ricos, como também grande parte das novas estruturas voltadas ao comércio de bens e serviços voltados, prevalentemente, aos segmentos de maior poder aquisitivo.

A fragmentação socioespacial, reconhecida por Sposito e Góes (2019) na maior parte das cidades que estudaram, é expressão de uma realidade crescente nas cidades brasileiras, qual seja a exacerbação das desigualdades socioespaciais, certamente, também de grande vulto no espaço metropolitano de Belém.

A particularidade do caso de Belém se assenta não na maior ou menor intensidade das desigualdades socioespaciais, mas na forma que elas têm assumido nos últimos anos. Até algumas décadas atrás, os novos espaços de assentamento, aqueles que estavam para além da primeira léngua patrimonial de Belém, eram basicamente áreas com conteúdo social de baixa renda, enquanto a área central de Belém e seus arredores concentravam os grupos mais abastados.

Na atualidade, essa configuração ganhou muito em complexidade, especialmente quando se consideram os antigos espaços de dispersão, estruturados por eixos como o da Avenida Augusto Montenegro e BR-316, que passaram por intenso processo de modernização, ampliando sua infraestrutura, conformando centros de comércio e serviços e recebendo grupos de média e alta renda em condomínios horizontais e verticais.

Todavia, os conteúdos anteriores, ligados aos grupos de baixa renda, não desapareceram, permanecem nesses eixos centrais, muitas vezes, lado a lado com esses objetos mais modernos e ligados a conteúdos sociais abastados. A Figura 9 evidencia muito bem isso, ao expor a loja Havan, uma grande superfície comercial e de consumo componente de uma rede nacional, e que expressa um processo de modernização do espaço, e ao lado e ao fundo se percebe uma grande extensão de moradias precárias.



Figura 9. Avenida Augusto Montenegro. Visão panorâmica da loja Havan. **Fonte:** Havan (2020).

As novas superfícies comerciais e de serviços não são a causa desse processo, mas compõem essa realidade, uma vez que se conformam como objetos modernos e que têm, na maior parte dos casos, grupos de rendas diversas na composição de seu mercado consumidor. O resultado disso não é a eliminação das desigualdades socioespaciais, mas a sua configuração em uma microescala do espaço urbano.

Assim, não se pode reconhecer no espaço metropolitano de Belém, especialmente naquelas áreas para além da primeira légua patrimonial, uma hegemonia de certo segmento social num setor da cidade, mas a justaposição de segmentos diversos num mesmo setor, mantendo a condição desigual, apesar da proximidade, o que pode ser atestado, por exemplo, pela ampliação da infraestrutura de certos eixos enquanto outros muito próximos permanecem em situação extremamente precária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recorte aqui denominado de espaço metropolitano de Belém, composto pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba e Benevides, consiste num aglomerado urbano complexo, denso, articulado e marcado por elevados níveis de desigualdade socioespacial e precariedade. Nas últimas décadas, uma série de processos tem atuado na complexificação desse espaço, reconfigurando suas antigas áreas dispersas e inserindo esse conjunto num contexto socioespacial mais amplo, a cidade-região de Belém, materializada a partir da ampliação das suas articulações com cidades próximas de expressiva centralidade, a exemplo de Castanhal e de Barcarena.

O objeto dessa investigação, as novas superfícies comerciais e de serviços atreladas a redes nacionais e internacionais, compõe esse cenário de reconfigurações e de ganhos de complexidade do espaço metropolitano de Belém,

bem como tem implicações diversas e contraditórias, aqui reunidas em dois conjuntos: aquelas que representam avanços em termos de justiça espacial e as que se contrapõem a esse ideal.

De um lado, essas novas superfícies comerciais e de serviços provocam a modernização de alguns eixos viários de intensa circulação e ampliam a infraestrutura do entorno. Da mesma forma, também resultam numa maior acessibilidade relativa aos meios de consumo, principalmente, quando se compara a um quadro anterior do espaço metropolitano em que os principais serviços estavam fortemente restritos à área central de Belém.

De outro lado, essas grandes superfícies se inserem num contexto mais amplo, que também abarca os serviços atrelados às redes locais, conformando não uma mudança positiva da condição socioespacial, mas apenas a reconfigurando sem romper com as injustiças espaciais preexistentes. Isso se evidencia na invisibilização de espaços precários, em alguns casos, pouco notados por conta da modernização dos eixos de circulação e suas bordas, assim como também se nota na mudança de escala da desigualdade, agora não mais concretizadas necessariamente a partir da materialização de grandes áreas com boa infraestrutura e outras muito precárias, mas mediante a justaposição dessas realidades distintas num mesmo setor do espaço metropolitano, conformando uma microescala de desigualdades.

Dessa forma, essas novas superfícies comerciais e de serviços inserem-se no bojo de substanciais mudanças no espaço metropolitano de Belém, testemunhando a complexificação dos agentes modeladores, com a volumosa entrada de grandes redes nacionais e internacionais; os avanços no processo de modernização; a ampliação das articulações internas e externas a este espaço; bem como a manutenção e a ampliação da precarização socioespacial sob outras bases.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão de Bolsa de Mestrado, e à Universidade do Estado do Pará – UEPA, pela garantia das condições necessárias ao desenvolvimento da pesquisa.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Concepção: Leonardo Corrêa e Willame Ribeiro. **Metodologia:** Leonardo Corrêa e Willame Ribeiro. **Análise formal:** Leonardo Corrêa e Willame Ribeiro. **Pesquisa:** Leonardo Corrêa e Willame Ribeiro. **Recursos:** Leonardo Corrêa e Willame Ribeiro. **Preparação de dados:** Leonardo Corrêa. **Escrita do artigo:** Leonardo Corrêa e Willame Ribeiro. **Revisão:** Willame Ribeiro. **Supervisão:** Willame Ribeiro. **Aquisição de financiamento:** Leonardo Corrêa e Willame Ribeiro.

Todos os autores leram e concordaram com a versão publicada do manuscrito.

REFERÊNCIAS

- ABRAS - Associação Brasileira de Supermercados. **Atacarejos contra inflação**. 2020. Disponível em: <https://www.abras.com.br/clipping/noticias-abras/53470/-atacarejo-contra-inflacao>. Acesso em: 28 dez. 2020
- ABRASCE - Associação Brasileira de Shopping Centers. **Definições e convenções**. 2020. Disponível em: <https://abrasce.com.br/numeros/definicoes-e-convencoes/>. Acesso em: 28 dez. 2020.
- BENACH, N. Da desigualdade social à justiça espacial. In: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G; PADUA, R. F. (Orgs.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 11 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.
- CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CORRÊA, L. P. **Grandes superfícies comerciais e justiça espacial no contexto do espaço metropolitano de Belém**. 26 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade do Estado do Pará. Belém: UEPA, 2022.
- DI MÉO, G. Introdução ao debate sobre a metropolização. **Confins [Online]**, n. 4, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/5433?lang=pt>. Acesso em: 05 abr. 2020.
- FAPESPA - Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Boletim do Comércio Varejista**. 2017. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br>. Acesso em: 03 jan. 2020.
- FERRIER, J-P. La métropolisation dans le monde arabe et méditerranéen: un outil majeur de développement des macros-régions du monde. **Cahier de la Méditerranée**. Universidade de Nice Sophia Antipolis, n. 64, jun. 2002. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cdlm/84>. Acesso em: 08 maio 2020.
- GONCALVES, I. L. M. P. **"A gente tem uma vida lá fora ..."**. Relações entre gestão de recursos humanos e sociabilidade das pessoas empregadas nos supermercados da região metropolitana de Belém. 432 p. Tese (Doutorado). Belém: PPGCS/UFPA, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/3033>. Acesso em 06 jun. 2020.
- GOOGLE. **Google Earth website**. 2021. Disponível em: <http://earth.google.com/>. Acesso em: 17 jan. 2021.
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, v. 14, n. 28, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13641> . Acesso em: 26 mar. 2023.
- HAVAN. Endereço e horários de atendimentos lojas HAVAN. **Portal do Cliente**. Belém, 25 out. 2020. Disponível em: <https://cliente.havan.com.br/portal/filiais/lojas/PA>. Acesso em: 17 jan. 2021.
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LENCIONI, S. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, C. A. et Al. (Orgs.). **Metrópole: Governo, Sociedade e Território**. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006, p. 41-57.

PADILHA, R. W. C. **A reestruturação produtiva e suas repercussões na qualificação e na formação profissional do trabalhador de supermercados**. 165 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/1727>. Acesso em: 05 abr. 2020.

PINTAUDI, S. M. Mudanças nas formas de comércio varejista e a implantação dos supermercados na Grande São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 66, p. 23-37, 1985. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/954>. Acesso em: 07 jul. 2020.

PINTAUDI, S. M. Os Shopping-Centers brasileiros e o processo de valorização do espaço urbano. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 65, p. 29 – 48, 2017. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/964/0>. Acesso em: 07 jul. 2020.

RIBEIRO, W. O. **Interações espaciais na rede urbana do Nordeste do Pará: particularidades regionais e diferença de Bragança, Capanema e Castanhal**. 356p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2017.

RIBEIRO, W. O. Dispersão metropolitana e novas formas urbano-regionais: uma proposta para o reconhecimento e a delimitação da cidade-região de Belém. **Ateliê Geográfico - Goiânia-GO**, v. 12, n. 1, p. 132-154, 2018.

RIBEIRO, W. O. Belém: urbanização regional policêntrica e cidade-região. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 22, n. 80, p. 97–118, 2021.

ROCIO. **Imagens aéreas do hotel Martan**. Belém, 27 jul. 2018. Disponível em: <https://hotelgoldmartan.com.br/galeria/imagens-aereas-do-hotel>. Acesso em: 26 jan. 2021.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SEABRA, M. Elevados de Belém são parcialmente interditados para serviços de limpeza e manutenção. **O Liberal**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/05/24/elevados-de-belem-sao-parcialmente-interditados-para-servicos-de-limpeza-e-manutencao.ghtml>. Acesso em: 22 jan. 2021.

SILVA, C. Estudos sobre o comércio e o consumo na perspectiva da geografia urbana. **Geosul**, Florianópolis, v. 29, n. 58, p. 149-178, jul./dez. 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/26590>. Acesso em: 04 maio 2020.

SILVA, C. H. C. As grandes superfícies comerciais: os hipermercados carrefour no Brasil. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, N° 14, pp. 89 - 106, 2003.

SILVA, R. R. **Centros comerciais e shopping centers**: transformações no espaço urbano de Uberlândia (MG). 181 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Uberlândia/MG: PPGG/UFU, 2012.

SISTEMA BRT ganha ampliação a partir de quinta-feira, 31. **O Liberal**, 2019. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/sistema-brt-ganha-ampliacao-a-partir-de-quinta-feira-31-1.207922>. Acesso em: 07 jan. 2021.

SOJA, E. **En busca de la justicia espacial**. Valencia/ES: Tirant Humanidades, 2014.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. Da diferenciação à fragmentação socioespacial. In: GÓES, E. M.; CATALÃO, I.; MAGRINI, M. A. O.; FURINI, L. A.; CATELAN, M. J. V.; SPOSITO, M. E. B. **Consumo, crédito e direito à cidade**. Curitiba: Appris, 2019.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

TRÂNSITO será desviado na BR 316 para construção de dois túneis. **O Liberal**, 2020. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/transito-sera-desviado-na-br-316-para-construcao-de-dois-tuneis-1.230015>. Acesso em: 07 jan. 2021.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. da. **A cidade dispersa**: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. 394 p. Tese (Doutorado) – São Paulo: FFLCH/USP, 1998.

VAN DEN BRULE, D. M. As diversas abordagens da justiça espacial na geografia. **Geosp – Espaço e Tempo (On-line)**, v. 24, n. 2, p. 297-316, ago. 2020. ISSN 2179-0892.



Revista Geonorte, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus-Brasil. Obra licenciada sob Creative Commons Atribuição 3.0